

PROJETO DE LEI N°, DE 2025.
(DO SR. MARCOS POLLON)

Dispõe sobre o reconhecimento, regulamentação e exercício das profissões de Instrutor de Armamento e Tiro e de Instrutor de Tiro Desportivo, e dá outras providências.

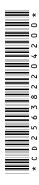
#### O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei reconhece e regula o exercício profissional das atividades de Instrutor de Armamento e Tiro e de Instrutor de Tiro Desportivo no território nacional.

#### Art. 2º Para os efeitos desta Lei:

- I Considera-se Instrutor de Armamento e Tiro (IAT) o profissional com certificado de conclusão de curso de Instrutor de armamento e tiro, habilitado a ministrar cursos e treinamentos teóricos e práticos sobre manuseio, uso e emprego de armas de fogo de uso permitido e restrito, com foco na defesa pessoal e segurança institucional;
- II Considera-se Instrutor de Tiro Desportivo (ITD) o profissional com certificado de conclusão de curso de Instrutor de Tiro Desportivo, conforme a legislação vigente, capacitado a orientar, treinar e avaliar, pessoas interessadas nas modalidades de tiro desportivo.
- Art. 3º São requisitos para credenciamento de Instrutor de Armamento e Tiro no órgão competente:
  - I. ter pelo menos 18 anos;





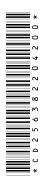


- II. bons antecedentes, comprovados pelas certidões negativas das justiças estaduais, federais, e eleitoral e militar;
- III. ter laudo psicológico atualizado, nos termos da regulamentação vigente;
- IV. ter certificado curso de Instrutor de Armamento e Tiro expedido por entidade autorizada;
- V. ter sido aprovado no exame de credenciamento do órgão competente.
- §1º O exame previsto no inciso V será realizado obrigatoriamente, ao menos uma vez por ano, pelo órgão competente.
- §2º é autorizado ao profissional não credenciado no órgão competente ministrar cursos e treinamentos teóricos e práticos sobre manuseio, uso e emprego de armas de fogo.
  - Art. 4º São atribuições do Instrutor de Armamento e Tiro:
- I Ministrar cursos e treinamentos técnicos e práticos de armamento e tiro para pessoas interessadas, agentes privados, públicos e instituições;
- II Avaliar a aptidão técnica para fins de aquisição, registro ou porte de arma de fogo, emitindo laudo técnico conforme exigência legal;

Parágrafo único. A avaliação que trata o inciso II, será realizada por profissional credenciado no órgão competente.

- Art. 5º São requisitos para credenciamento de Instrutor de Tiro Desportivo no órgão competente:
  - I. ter pelo menos 18 anos;
  - II. ser atirador desportivo regularmente inscrito no órgão competente;
  - III. ter certificado curso de Instrutor de Armamento Tiro Desportivo expedido por entidade autorizada;
  - IV. ter sido aprovado no exame de credenciamento do órgão competente.







§1º O exame previsto no inciso IV será realizado obrigatoriamente, ao menos uma vez por ano, pelo órgão competente.

§2º é autorizado ao profissional não credenciado no órgão competente ministrar cursos e treinamentos teóricos e práticos sobre manuseio, uso e emprego de armas de fogo no tiro desportivo

Art. 6º São atribuições do Instrutor de Tiro Desportivo:

- I Ministrar cursos, treinamentos e avaliações técnicas para praticantes de tiro desportivo;
- II Emitir laudo técnico de aptidão para obtenção do Certificado de Registro de
   Atirador Desportivo (CR), conforme regulamentação do órgão competente;

Parágrafo único. A avaliação que trata o inciso II, será realizada por profissional credenciado no órgão competente.

- Art. 5º O exercício das profissões tratadas nesta Lei não está condicionado à filiação a sindicatos, associações de classe ou conselhos profissionais, vedada qualquer forma de obrigatoriedade institucional.
- Art. 6º É vedada a imposição de restrições administrativas não previstas em lei federal que impeçam ou limitem o exercício das atividades de que trata esta Lei.
- Art. 7º Fica assegurado o direito a posse e ao porte de arma de fogo para defesa pessoal, em todo o território nacional, aos profissionais credenciados como Instrutores de Armamento e Tiro (IAT) e Instrutores de Tiro Desportivo (ITD), observadas as seguintes condições:
- I O porte de arma constitui instrumento essencial ao exercício da atividade profissional, inclusive fora dos ambientes de treinamento, dada a natureza da função e os riscos a ela inerentes;







- II O reconhecimento da necessidade do porte, para fins de autorização pela
   Polícia Federal, considerará a certificação técnica do profissional e sua exposição a riscos reais e concretos;
  - III Para fins de obtenção e renovação do porte, serão exigidos:
  - a) laudo psicológico atualizado, nos termos da legislação vigente;
  - b) certidões negativas de antecedentes criminais;
  - c) comprovação de certificação válida como IAT ou ITD.
- §1º. O porte de arma concedido nos termos deste artigo terá validade mínima de 5 (cinco) anos, prorrogável, e abrangerá todas as armas de fogo de porte de uso permitido registradas em seu nome, independente do sistema de registro, mediante renovação simplificada.
- §2°. A autoridade competente deverá priorizar a concessão do porte aos profissionais referidos nesta Lei, equiparando-se sua situação de risco àquelas previstas no art. 10, § 1°, da Lei nº 10.826/2003.
- §3°. A negativa de porte deverá ser motivada por fato concreto e individualizado, não se admitindo interpretações genéricas ou presunções abstratas de risco.
- Art. 8º Ficam classificadas como de uso permitido as armas de fogo de alma lisa, e armas de fogo de alma raiada, cujos calibres nominais não ultrapassem a energia cinética atinja mil trezentos e cinquenta joules na saída do cano de prova de armas e as respectivas munições.
- §1º Ato conjunto do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Defesa estabelecerá as normas padrões para aferição da energia dos calibres no prazo de sessenta dias da publicação desta Lei.







§2º Para a realização da aferição mencionada no parágrafo anterior levar-se-á em conta sempre o menor cano de arma de fogo e a munição com menor fator de potência homologados pelo órgão competente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICATIVA**

A presente proposição legislativa busca reconhecer e regulamentar, em âmbito nacional, as atividades exercidas pelos Instrutores de Armamento e Tiro e pelos Instrutores de Tiro Desportivo. Esses profissionais já atuam há anos no Brasil sob a chancela de normas infralegais expedidas por órgãos como a Polícia Federal e o Comando Logístico do Exército, porém sem um marco legal claro e formal que lhes assegure direitos, prerrogativas e garantias jurídicas. Tal omissão do legislador tem permitido interpretações divergentes por parte da Administração Pública, além de abrir brechas para arbitrariedades, insegurança jurídica e tentativas de cartelização do setor.







Os instrutores são responsáveis pela formação técnica, pela educação em segurança com armas de fogo e pela avaliação de aptidão de cidadãos civis, profissionais da segurança privada e até de integrantes de forças públicas. No caso do tiro desportivo, sua atuação também é fundamental para a formação e certificação de atiradores vinculados a clubes, federações e entidades reconhecidas pelo Exército. Não há razoabilidade em admitir que funções de tamanha responsabilidade permaneçam relegadas à condição de "atividade tolerada" por atos normativos inferiores, desprovidas do devido reconhecimento legal e da estabilidade regulatória que somente uma lei pode oferecer.

A proposta estabelece de forma objetiva quem pode exercer essas profissões, quais são os requisitos mínimos de capacitação, os critérios de credenciamento e os exames que deverão ser exigidos pelas autoridades competentes. O foco está na meritocracia, na qualificação e no respeito à técnica. O projeto também delimita com precisão as atribuições desses profissionais, permitindo clareza operacional para os órgãos reguladores e segurança jurídica para os instrutores e seus alunos. Ao mesmo tempo, protege-se a liberdade profissional e a livre iniciativa, proibindo expressamente qualquer tentativa de obrigatoriedade de filiação a conselhos, sindicatos ou associações de classe — estruturas que, na prática, muitas vezes funcionam como entraves burocráticos, meios de controle ideológico ou mecanismos de reserva de mercado.

Outro ponto estruturante da proposta é a concessão do porte de arma de fogo para defesa pessoal aos profissionais regularmente certificados. Trata-se de medida técnica, racional e legalmente viável, uma vez que o exercício dessas atividades envolve risco real, exposição constante a ambientes sensíveis e, muitas vezes, transporte de armamento, munição e acessórios de elevado valor e potencial ofensivo. Profissionais submetidos a treinamento especializado, avaliação psicológica e fiscalização periódica não podem ser colocados no mesmo patamar de um requerente comum. O reconhecimento da necessidade, nestes casos, é presumido pela natureza da atividade exercida, devendo o Estado agir de forma proporcional, eficiente e desburocratizada.

Importante também destacar a inovação normativa quanto à classificação técnica das armas de fogo de uso permitido, baseada em critério objetivo: a energia cinética







medida na boca do cano. A proposta supera a arbitrariedade técnica que historicamente permitiu que governos manipulassem administrativamente o que é "permitido" ou "restrito" com base em conveniência política e não em critérios científicos. A definição clara do limite energético traz previsibilidade ao cidadão, à indústria nacional e aos órgãos de controle, encerrando um dos principais focos de insegurança jurídica no setor de armas.

Este projeto de lei não é uma carta branca, nem instrumento de privilégio. Pelo contrário, representa a institucionalização de uma realidade técnica já existente, trazendo racionalidade ao debate público e devolvendo ao cidadão o direito de ser instruído, avaliado e protegido por profissionais legalmente reconhecidos. Trata-se de um avanço necessário, alinhado à liberdade individual, ao direito à legítima defesa e à eficiência regulatória. A aprovação deste projeto é medida urgente, constitucionalmente legítima e socialmente justa.

Por fim, o projeto corrige omissões da legislação atual, promove a legalidade, valoriza o conhecimento técnico-tradicional e fomenta uma nova cadeia produtiva legal. É uma medida de equilíbrio entre liberdade, segurança pública, esporte e racionalidade normativa. Contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, 21 de maio 2025.

**Deputado Federal Marcos Pollon** 

**PL-MS** 



